
INDÍGENAS NA BUSCA PELA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO PRÁTICA DA LIBERDADE¹

INDIGENOUS IN THE SEARCH FOR HIGHER EDUCATION AS PRACTICE OF FREEDOM

Maria da Penha da Silva²

Resumo

Buscamos refletir sobre os significados da educação superior para os povos indígenas em Pernambuco, considerando que a busca por essa formação acadêmica faz parte de um fenômeno que ocorre em vários países do mundo, onde existem povos que forçosamente foram submetidos às relações de contatos com outros povos de culturas distintas das suas, geralmente oriundos de outros continentes. Ao longo da história, os povos indígenas conquistaram direitos que demandam reconfigurações das relações entre sociedades indígenas e sociedades nacionais, dentre essas, a necessidade de autonomia para a autogestão do mundo indígena. Assim, se configurando a ideia de “Educação como prática da liberdade”. Seja a liberdade individual e/ou coletiva: a primeira, quando essa formação visa a mobilidade social do indivíduo; a segunda, quando essa formação promove a autonomia e autogestão dos territórios por meio da atuação de profissionais indígenas qualificados/as.

Palavras-chave: Povos indígenas; educação superior; Pernambuco.

Abstract

We search to reflect on the meanings of higher education for indigenous peoples in Pernambuco, considering that the search for this academic training is part of a phenomenon that occurs in several countries around the world, where there are peoples who were forcibly subjected to contact relations with other peoples from cultures different from their own, generally from other continents. Throughout history, indigenous peoples have conquered rights that demand reconfiguration of the relationships between indigenous societies and national societies, among which, the necessity from autonomy to self-management of the indigenous world. Thus, configuring the idea of “Education as practice of freedom”. Whether individual and/or collective freedom: the first, when this formation aims at the individual's social mobility; the second, when this formation promotes autonomy and self-management of territories through the work of qualified indigenous professionals.

Keywords: Indian people; higher education; Pernambuco.

Os povos indígenas na educação superior: o caminho se faz caminhando...

Os povos indígenas na busca pela Educação Superior ressoam outras pedagogias, as quais nos remetem primeiramente às várias situações que presenciamos durante o convívio com os povos indígenas em Pernambuco, mas também nos remetem às reflexões acadêmicas

¹ Uma primeira versão desse texto foi apresentada na 40ª Reunião Nacional da ANPEd no ano de 2021, como Comunicação Oral do GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais. Trata-se de um estudo de Doutorado em Antropologia sobre a orientação da Profa. Dra. Vania Rocha Fialho de Paiva e Souza.

² Programa de Pós-graduação em Antropologia/UFPE. Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-9248-2750>.

indígenas e não indígenas que nos auxiliam na compreensão das relações dos povos indígenas com a educação formal e informal. Tratando-se das contribuições acadêmicas indígenas ressaltamos no presente texto o esforço reflexivo dos/as intelectuais orgânicos Gersem J. dos Santos Luciano – Baniwa, e Rita G. do Nascimento – Potyguara, ambos com Teses de Doutorado que expressam a importância da educação formal para os povos indígenas. No tocante ao intelectual não indígena, nos inspiramos nas reflexões do Sociólogo e Educador Paulo Freire, considerando as suas contribuições para pensarmos também a importância da formação política adquirida no âmbito informal.

O pensamento freiriano sobre “Educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1967), nos remete aos processos educacionais dos movimentos sociais. Tratando-se diretamente dos povos indígenas, quando estes reivindicam a liberdade de pensamento para criar, recriar, se reinventar como sujeitos em formação na coletividade dos chamados movimentos indígenas: como professores/as, como juventude, como mulheres, como antropólogos/as indígenas, que vislumbram a ocupação de outros espaços que outrora não estavam no seu horizonte.

No tocante à a Educação Superior como caminho para a liberdade, a autonomia e autossustentação dos povos indígenas, observa-se a existência de um fenômeno recorrente em várias parte do mundo, nos Continentes: europeu, latino, norte-americano, asiático e africano. Cada um guardando suas especificidades e diversidade de demandas, as quais expressam a heterogeneidade desse fenômeno, (MATO, 2018). No caso do Brasil, quando o país se encontrava imerso na efervescência de vários movimentos sociais, dentre esses, o movimento indígena, a Constituição de 1988 reconheceu que vivemos num país pluriétnico, povoado por diversos povos indígenas. Assim, obrigando o Estado brasileiro a demarcar as Terras Indígenas, gerando novas demandas e a necessidade de políticas públicas para essa parte da população.

A formação de professores/as para atuarem nas escolas indígenas, se constituía como uma das demandas principais. Assim, criando-se cursos de Magistério Indígena, posteriormente, a Licenciatura Intercultural Indígena e outras graduações e instituições específicas para formação de profissionais indígenas. Outro movimento foi pelo acesso à cursos universais nas instituições convencionais, e em outras áreas de conhecimentos que possibilitasse formações profissionais necessárias para atuarem nos territórios indígenas e para além desses, no diálogo com o Estado e com a sociedade envolvente. (NASCIMENTO, 2019; LUCIANO, 2019).

Com esse propósito, nota-se que ao longo dos últimos 30 anos, as políticas públicas como os Cursos e Instituições de Educação Superior específicas para indígenas, cotas e reservas de vagas, assistência estudantil vêm se constituindo como importantes avanços atribuídos às mobilizações e articulações políticas empreendidas pelo chamado Movimento indígena. (LUCIANO, 2019). E os resultados positivos no âmbito da procura por essa etapa de formações acadêmica é notável no crescente número de matrículas desse público estudantil na última década.

Portanto, buscamos compreender os significados da educação superior para os povos indígenas em Pernambuco. Uma vez que nosso recorte empírico se delimita aos estudantes indígenas nos Institutos Federais de Educação e Tecnologias de Pernambuco (IFPE e IF-Sertão/PE). Nossa análise pauta-se pelas ideias de “Educação para manejo do mundo” do Antropólogo indígena Gersem J. dos Santos Luciano³ – Baniwa/AM, e “A construção de significados das ações sociais educativas e comunitárias por meio da educação diferenciada” da Pedagoga Rita Gomes do Nascimento⁴ – Potiguara/CE. Ambas ideias nos leva a pensar na educação como práticas da liberdade. Além de, sendo a Rita Doutora em Educação, e o Gersem Doutor em Antropologia, favorecerá o diálogo entre as essas duas áreas.

Inspirando-nos na obra de Paulo Freire com esse mesmo título, optamos pelos citados/as teóricos/as como parte das nossas escolhas metodológicas, onde priorizamos a produção intelectual indígena que é referência tanto para o Movimento indígena, quanto para o universo acadêmico. Nesse sentido, penso ser importante ressaltar o lugar de fala e representatividade dos/as intelectuais indígenas que adotamos como aporte teóricos no presente estudo, considerando que, além de reafirmar nosso posicionamento político, também reificamos a ideia sobre o conhecimento científico ter um lugar e uma função social, (SOUSA SANTOS, 2008).

Devamos ler a obra de Paulo Freire situada no seu tempo, em determinado contexto político, histórico e epistemológico. E embora este reconhecido educador não tenha se debruçado especificamente em estudos sobre as relações étnico-raciais, sua aproximação com a Teologia da libertação e os movimentos sociais, nos ajuda a refletir sobre Educação e povos indígenas considerando a existência desses povos nessa terra desde antes mesmo de ser

³ O povo Baniwa habita na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Venezuela em aldeias nas margens do Rio Içana e afluentes, além de comunidades no Alto Rio Negro e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos/AM.

⁴ O povo Potiguara habita na Região Nordeste do Brasil, nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

chamada Brasil até os dias atuais como um exemplo da resistência e existência que “[...] ultrapassa o viver porque é mais do que estar no mundo.” (FREIRE, 1967, p. 40). O ser indígena, o ser sujeito da história é não apenas está no mundo, mas ser um ente de relações com o mundo e todos os seres nele existente! E são essas relações com o mundo que evocam pedagogias próprias para o “manejo do mundo” como bem afirmou o Gersem Baniwa (LUCIANO, 2013). Seja o mundo indígena, seja o mundo externo aos seus territórios.

Para Gersem Baniwa (2011), o acesso à escolarização para si desde cedo foi um horizonte de possibilidades de conhecer o “mundo dos brancos”, mas, também de buscar a autossustentação material individual, ao mesmo tempo contribuir com a escolarização do seu povo, sendo professor na sua aldeia. O que não imaginava era o quão árduo e penoso seria o distanciamento da sua família e da vida comunitária, quando aos 12 anos de idade decidiu com anuência dos seus pais aceitar o convite dos missionários salesianos para estudar em regime de internato nos centros missionários salesianos. Embora estes centros estivessem localizados na Região do Alto Rio Negro, a qual abriga grande parte do território Baniwa, o regime de internato só permitia o retorno para casa nos períodos de férias. Durante os nove anos nesse regime vivenciou experiências de extrema violência simbólica, física, psíquica e social.

Contudo, mesmo frustrado com a incoerência em relação ao discurso e as práticas dos missionários que atuavam naquela instituição, o sonho de conquistar condições materiais mínimas e retornar para contribuir na educação escolar do seu povo, o fez persistir e resistir aos sacrifícios. Concluindo a Educação Básica, retornou efetivamente para sua aldeia onde deu início a vida docente e ao ativismo. Posteriormente quando seguiu a carreira acadêmica, concluindo o Doutorado afirmava que, os processos de sua formação na Educação Básica, apesar de toda violência foram decisivos para a sua vida como ativista indígena, intelectual e profissional. Ao que parece, esta etapa de sua formação o instrumentalizou minimamente, assim tornando-o uma das poucas lideranças jovens letradas, capaz de atuar nos processos de mediação política envolvendo povos indígenas, o setor privado e o Estado. No tocante a esses aspectos nota-se que vida pessoal, profissional, ativismo e a produção acadêmica desse intelectual indígena são inseparáveis. Nesse sentido, observando a narrativa desse autor sobre sua trajetória de vida, percebe-se que sua produção acadêmica – conteúdo e forma – está perpassada pela dimensão política do ser indígena na relação com o seu mundo, e o mundo

não indígena, suas intervenções nestes, gerando expectativas antagônicas entre esses dois mundos a partir da sua presença na esfera governamental.

Contudo, a atuação de Gersem Baniwa no processo de organização do Movimento Indígena local e Nacional, contra a invasão das mineradoras nas terras indígenas; a participação na Assembleia Constituinte na década de 1980 durante os debates e embates que culminaram na Constituição Federal de 1988; na organização do movimento dos/as professores/as indígenas da Região Norte e no âmbito nacional; em setores públicos decisórios, sendo Secretário municipal de educação em São Gabriel da Cachoeira, membro do Conselho Nacional de Educação, e coordenador geral da Educação Escolar Indígena na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2008, e atualmente professor universitário na UFAM, dentre outras funções e atuações ao longo da sua trajetória resultou em proposições, formulações e execuções de políticas públicas voltadas à garantia do direito à demarcação das terras indígenas no Brasil, como também à educação escolar e educação superior indígena.

No tocante à trajetória de vida de Rita Potyguara, como “militante”, acadêmica e profissional no campo da Educação, remonta a história dos indígenas no Nordeste, sobretudo, os habitantes em contexto urbano. Considerando a longa história de contato com a sociedade não indígena, se afirmar indígena no Nordeste é conviver em suspeição permanente. Pois o imaginário social sobre os indígenas de forma geral encontra-se sedimentado nas narrativas da literatura brasileira do Século XIX, quando se forjou as imagens de indígenas, necessário para fundamentar o discurso nacionalista e a construção da identidade nacional naquele contexto, onde não havia lugar para as diferenças. Logo, os indígenas foram pensados como populações do passado, fadadas à extinção, dando lugar à ideia sobre a participação destes, apenas na formação da sociedade nacional, (SILVA, E. 2020). Tratando-se dos indígenas no Nordeste, os quais não trazem os fenótipos de supostos “índios puros”, quanto interessa a determinados setores da sociedade nacional, têm suas identidades étnicas cotidianamente questionadas.

Sendo indígenas em contexto urbano esse problema se agrava em função da ideia sobre haver o “abandono voluntário” da identidade étnica para viver os costumes e as “benesses” da cidade. Tal ideia desconsidera os processos históricos vivenciados por essa população, envolvendo o esbulho de suas terras, perseguições e migrações forçada para os centros urbanos, ou quando as cidades ocupam as terras indígenas. Sendo este o caso do conjunto habitacional São José no município de Crateús, onde se concentra um contingente

maior de Potiguaras do que em outras localidades naquela cidade, e reafirmam uma memória sobre aquela localidade ter sido uma aldeia indígena no passado, (LIMA, 2020).

Nesse contexto se inscreve a história de Rita Potyguara, proveniente daquele município, sendo indígena em contexto urbano enfrentou e enfrenta situações de preconceitos continuamente, inclusive encontrando dificuldades para acessar determinadas políticas públicas que consideram unicamente os indígenas ditos “aldeados”. Este é um longo debate que exige um outro estudo. Contudo, a forma de enfrentamento dessa situação por parte da citada intelectual indígena têm sido a busca por uma educação libertadora para si e para os povos indígenas no estado do Ceará e no Brasil.

Nessa direção, sua trajetória de militância iniciou-se junto à Igreja católica romana durante os primeiros anos da sua juventude quando morava em Crateús. Observa-se que, diferentemente do Gersem Baniwa, sua relação com a Igreja católica não está relacionada à formação escolar, e sim à formação política no âmbito religioso na perspectiva da “pedagogia eclesial popular e participativa” empreendida pela Diocese de Crateús, por vez inspirada na Teologia da Libertação dos anos 1980. (NASCIMENTO, 2009).

Dentre tantas posições de destaque na sua trajetória, chamamos a atenção para o fato de Rita Potyguara ter sido a primeira Pedagoga, e Doutora indígena em Educação no Nordeste, com formação em universidades públicas num tempo que ainda não havia as políticas afirmativas. Estas formações juntamente com sua projeção nacional no campo de atuação em defesa da Educação Escolar Indígenas, a levou ocupar funções decisórias em setores públicos no âmbito federal de grande importância como representatividade coletiva.

Tais como: foi Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, nos anos de 2010 a 2016; assumiu o cargo de Coordenadora Geral de Educação Escolar Indígena em 2012 a 2015; sendo também a primeira mulher indígena a ocupar um cargo de gestão no Governo Federal, este, na Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, do Ministério da Educação - MEC, de 2015 a 2019, onde neste período foi relatora do Parecer do CNE/CEB nº 14/2015 que rege as Diretrizes Operacionais para a implementação do ensino sobre a história e as culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

Hoje com Pós-Doutorado no Programa de Estudos Posdoutorais (PEP) da Universidad Nacional Tres de Febrero/Argentina - UNTREF/AR; membro do Conselho Acadêmico da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), onde coordena o Programa de

Estudos e Pesquisas sobre Educação, Direitos Humanos e Diversidade Étnico-Racial; como professora da Educação Básica tem assento no Conselho Estadual de Educação do Ceará; continua com atuação nas áreas de interesses sobre formação de professores/as associado à diversidade étnica e cultural e educação, políticas educacionais, desigualdades sociais, étnicas e culturais, movimentos sociais e educação, direitos humanos e educação, todas com ênfase na temática indígena.

Portanto, olhando a produção intelectual dessas duas lideranças indígenas voltadas para a educação escolar e superior é possível afirmar que os processos educacionais vivenciados pelos povos indígenas, seja nos movimentos sociais seja pela via da escolarização, nas últimas décadas têm sido ressignificado de forma a produzir sujeitos autônomos que buscam a autonomia e liberdade para os seus coletivos. A práxis dos citados intelectuais indígenas se traduz na coerência entre o falar, o pensar e o agir, a qual nos traz importante contribuição para nossas reflexões sobre os significados da educação superior para os indígenas em Pernambuco como exercício da autonomia e prática da liberdade.

Indígenas na educação superior em Pernambuco: das iniciativas individuais às ações coletivas

As mobilizações recentes dos povos indígenas pela educação superior ganharam mais relevância no contexto da América Latina. As teorias a esse respeito seguiram distintas tradições epistemológicas e metodológicas, dividindo-se basicamente em dois tipos de estudos: os macroestruturais e análises microestratégicas; os estudos quantitativos de grandes amostragens e os qualitativos de pequenas amostragens. Uma observação é fato, “as mudanças macroestruturais predisõem os indivíduos e grupos à mobilização. Mas, por si só não conseguem explicar a ação coletiva”. (TREJO, 2006, p. 265). Como nosso estudo tem a intenção de observar essas ações coletivas, vemos como possibilidade metodológica a análise microestratégica, porém sem perder de vista que as mobilizações sociais de cunho étnico que compõem um cenário complexo e heterogêneo, envolvendo diferentes atores e protagonistas conforme o contexto sociopolítico, econômico e geográfico ao longo do tempo.

Quando recorremos ao termo *ação coletiva* como categoria de análise, tendo em vista as ações organizadas por grupos étnicos, consideramos os processos de construção de uma identidade coletiva que dar sustentação à ação. Nesse caso, a ação coletiva se caracteriza

também como redes de solidariedades com forte conotação cultural em conformidade com uma identidade interativa e compartilhada, construída a partir de negociações e processos de ativação frequente das relações entre os atores sociais. Nesse sentido os grupos étnicos são pensados não só como um grupo social que apresenta traços biológicos-hereditários, mas também uma “tradição histórico-cultural, certos traços somáticos e raciais, com uma cultura e formas específicas de organização das relações sociais e auto-afirmação destas diferenças”. (MERLUCCI, 2001, p. 109).

No tocante a educação superior em Pernambuco, atualmente a juventude indígena, estudantes na graduação, se destacam nos seus posicionamentos políticos pela garantia do direito à essa etapa de formação. Nessa direção percebe-se ações coletivas bem articuladas pautadas em objetivos e estratégias específicas desses atores e seus grupos de pertencimentos. Ressaltamos que para além da participação nas mobilizações por um nível de educação mais elevado, a juventude indígena vem protagonizando junto às lideranças tradicionais mediante uma pauta mais ampla, mas, também vem pleiteando demandas referentes às questões específicas da sua geração, como vêm fazendo as organizações de juventude em geral. (SANTOS; SOUZA, 2017).

Contudo, algumas iniciativas individuais ocorridas em décadas passadas, supostamente sem aparente conexões com uma organização coletiva, projetaram a identidade étnica desses indivíduos. A exemplo da ampla cobertura da imprensa sobre o primeiro título de doutorado de uma indígena originária de Pernambuco, quando em 19 de abril de 2006 o povo Pankararu/PE ocupou espaço em vários meios de comunicações televisivos, impressos e virtuais com a notícia sobre a primeira Doutora indígena no Brasil. Maria das Dores de Oliveira, conhecida como Maria Pankararu defendera a Tese intitulada como *Ofayé, a língua do Povo do Mel*, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, estado vizinho de Pernambuco. Embora tenha cursado Pedagogia e o Mestrado nesta mesma instituição, Maria iniciou sua vida acadêmica em 1986 cursando a Graduação em História pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA localizada na Região do Semiárido Pernambucano.

Naquela época não havia a diversidade de Instituições de Educação Superior na região onde habita o povo Pankararu e demais povos indígenas em Pernambuco como há atualmente, nem se cogitava a formação específica e diferenciada, nem as políticas afirmativas. O diferencial era o apoio da Funai com bolsas de estudos e algumas vezes auxílio permanência

esporádicos, e nem todos/as estudantes indígenas eram contemplados/as. Contudo, semelhante ao que ocorria com as demais minorias sociais, cursar a Educação Superior era uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho local mobilidade social. As Autarquias municipais era o caminho possível para alcançar esse objetivo.

As mobilizações coletivas indígenas em Pernambuco pela formação na Educação Superior ganharam forças como parte do movimento mais amplo no âmbito nacional. Embora, desde a décadas de 1970 o Movimento indígena reivindicasse um outro projeto de sociedade, vendo na escola essa possibilidade, e o número de professores/as indígenas viesse se avolumando no país, esses profissionais não tinham as habilitações exigidas. Em Pernambuco não era diferente, a defasagem nesse campo era imensa, quando quase 1/5 das pessoas que exercia essa função tinham apenas o Ensino Fundamental, e mais da metade tinham apenas o Magistério (Normal médio), e pouco mais de 5% tinha licenciatura. (ALMEIDA, 2017).

Ressaltamos que o protagonismo da organização política dos/as professores/as indígenas em Pernambuco, foi e continua sendo importante na busca por qualificação acadêmica no âmbito das mobilizações coletivas. A formação da Comissão dos Professores/as indígenas de Pernambuco (COPIPE) tem sido fundamental nesse processo, (BARBALHO, 2007). Sua atuação no diálogo e negociações com o Estado possibilitou a implementação da formação do Magistério no nível médio e também a adesão ao Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind), responsável pela formação na Educação Superior para aqueles/as professores/as que se encontravam em exercício da função sem habilitação. (ALMEIDA, 2017).

Contudo, além das turmas da Licenciatura Intercultural não atender a toda demanda de formação para professores/as indígenas nesse estado, semelhante às outras regiões, os povos indígenas em Pernambuco seguem buscando outras licenciaturas e graduações que possam atender outras áreas de conhecimento. Nessa direção, com a expansão universitária, e a interiorização das instituições de Educação Superior públicas, o número de indígenas frequentando os cursos de graduações vinha crescendo significativamente até o ano de 2018 contando com o total de 5.561 indivíduos. Esse número em grande parte ainda corresponde às matrículas no setor privado, contudo, havendo uma redução nestas matrículas enquanto

cresceram nas instituições públicas, sobretudo, nos Institutos Federais de Educação e Tecnologias⁴ situados na Região do Semiárido, (BRASIL, 2019).

Nestas instituições, em âmbito nacional, no ano de 2019 estavam matriculados/as 1.275 indígenas nos cursos de graduações presenciais e a distância, correspondendo a aproximadamente 8% desse público estudantil das instituições públicas; enquanto aproximadamente 47% desses estudantes indígenas estão nos Institutos Federais localizados na Região Nordeste, contabilizando um total de 601 indivíduos que representam diversas coletividades étnicas ao se afirmarem pertencentes a estas. Em Pernambuco contavam-se 297 matrículas nessa categoria, havendo maior concentração em três *Campi* situados na Região do Semiárido (Campus Pesqueira – IFPE; os *Campi* Floresta e Salgueiro – IF-Sertão, PE). Com destaque para o IF-Sertão, PE, onde dentre os demais Institutos e Escolas Técnicas Federais no âmbito nacional, concentrava-se o maior número de indígenas matriculados, 183.

É possível afirmar que esses números resultam de vários fatores, dentre esses: a densidade demográfica na região, onde concentra-se uma significativa diversidade de grupos indígenas; a expansão e interiorização da educação superior pública no âmbito nacional e local; por ser a instituição que oferece educação superior pública mais próxima dos territórios indígenas naquela região; criação de políticas públicas afirmativas federais; a divulgação de longo alcance via os mais variados meios de comunicação sobre os processos seletivos para ingresso de discentes nos Institutos Federais daquela localidade; a conquista da implantação do auxílio Bolsa permanência indígena e quilombola a partir da mobilização coletiva dos estudantes indígenas.

Embora o ingresso dos/as indígenas na educação superior nessas instituições seja uma decisão pessoal e individual, diferentemente do processo de seleção para ingresso na Licenciatura intercultural indígena⁵, os que cursam a Educação Básica nas escolas indígenas são incentivados pelos/as professores/as e pelos/as ex-colegas que já ingressaram nos IFs, para se submeterem à seleção. Portanto, ao mesmo tempo que é uma decisão pessoal e individual estão sobe a influência das demandas coletivas nos territórios. Nesse sentido empreendem diversas ações coletivas, tanto para garantir a maior chance de ingressarem,

⁴ Em Pernambuco existem dois Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologias: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco. Ver: Silva (2020).

⁵ Cabe às lideranças indígenas e a COPIPE a discussão e decisão sobre quem prestar seleção para as vagas oferecidas no Curso de Licenciatura Intercultural indígena, dando prioridade os/as professores/as em exercício da docência nas escolas indígenas.

quanto para permanecerem⁶. A partir desse esforço individual e coletivo, nos perguntamos: qual o significado da educação superior para esse público estudantil? Questão que tentamos responder parcialmente na próxima seção.

Significados da educação superior para os povos indígenas em Pernambuco: Resultados preliminares

A partir da etnografia *multissituada* (MARCUS, 1995; PERRET, 2012), aquela que, diferentemente das etnografias clássicas, exige a análise das situações pesquisadas para além do fenômeno localizado, buscando compreender as articulações no contexto global, somando-se à participação ativa numa perspectiva da etnográfica colaborativa, assumindo um compromisso ético e social com os grupos e sujeitos envolvidos na pesquisa de campo (RAPPAPORT, 2018), é possível perceber que os/as estudantes indígenas em Pernambuco estão articulados/as às mobilizações políticas regionais e nacionais, participando ativamente dos eventos que dizem respeito às demandas acadêmicas e também políticas. Observa-se também que grande parte dos/as indígenas que estão à frente dessas mobilizações são oriundos das escolas indígenas, ou do Movimento indígena.

Nesse caso, cursar a educação superior envolve escolhas relacionadas ao custo financeiro; ser possível ou não permanecer nos territórios durante o curso, podendo conviver diariamente com seus familiares, amigos e a comunidade; ao mesmo tempo obter uma formação de qualidade que possa garantir o retorno produtivo para sua vida pessoal e do seu coletivo étnico e social é importante. Pois, grande parte dos participantes do presente estudo pertence a população de baixa renda, moram nos territórios localizados em áreas rurais de difícil acesso, vivem da agricultura familiar, tendo como renda fixa os auxílios da Bolsa família e da Bolsa permanência para indígenas e quilombolas.

No tocante aos indígenas que optaram por estudar nos Institutos Federais, mostram que essa decisão significa aproveitar a oportunidade de cursar a educação superior numa instituição pública, com uma boa infraestrutura, bom acolhimento aos indígenas e populações carentes, além de contar com professores/as bem qualificados, podendo garantir uma formação sólida onde experienciam o ensino, a pesquisa e extensão, sem arcar com um custo financeiro impróprio para o orçamento familiar, considerando que não têm condições de

⁶ Sobre as ações coletivas empreendidas pelos estudantes indígenas nos Institutos Federais em Pernambuco, ver: Silva (2021b).

custearem um curso superior numa instituição privada, nem encontraria uma naquela região com a qualidade de ensino que os Institutos Federais oferecem. Por isso muitos estão cursando a educação superior pela primeira vez, embora não se encontrem na faixa etária comumente esperada para o público estudantil universitário, quando encontramos estudantes indígenas acima dos 40 anos de idade concluindo o primeiro curso superior.

Em relação ao bom acolhimento atualmente por parte dessa instituição resulta da ação política dos primeiros estudantes indígenas que adentraram anos atrás, acionando parcerias com professores/as sensíveis às suas causas, setores de assistência estudantil e gestores. Pois, no início, quanto ainda existia um número reduzido de indígenas naquela instituição enfrentaram o desconhecimento e a suspeição frequentemente da sua identidade étnica, por vezes passando por situações constrangedoras, sobretudo em consequência de atitudes isoladas de alguns/as professores/as e colegas não indígenas, a exemplo de alguns relatos de estudantes indígenas em *Campi* distintos, por serem bastante extensos citarei apenas alguns fragmentos:

Foi logo no início quando eu entrei em 2018, na hora das apresentações que eu fui me apresentar enquanto indígena, e aí tinha um menino na minha sala que falou que eu não parecia ser indígena, que eu não era indígena, que se eu estava lá era só pra comer o dinheiro do governo, porque nunca viu na vida uma indígena ter cabelos cacheados, ter olhos claros, ter pele clara, nunca viu. Então era melhor eu dizer o porquê que eu queria está lá, era só pra comer o dinheiro do governo mesmo, que eu não era indígena nem aqui nem nunca. E que aqui não existe indígena, que índio só existe na Amazônia. (Estudante indígena Truká⁷ - 6º Período do curso de Tecnologia de Alimentos no IF-Sertão, Campus Salgueiro).

Todos nós que somos alunos indígenas bolsistas, nós passamos uma frequência no final da aula onde o professor assina pra constar que a gente tá indo ao IF todos os dias. Ao fechar o mês a gente entrega essa frequência lá na CRE onde eles enviam o nome da gente pra gente poder receber a bolsa. E aí alguns professores, as vezes soltam piadas ao assinar, por exemplo se for um professor novato, quando eu levo a frequência pra ele assinar, aí ele diz: “Mas você é índia? Você nessa cor?” Por eu ter a cor clara, ele acha que não sou índia. Eles questionam isso aí. Eu não sei se isso trata-se de um racismo. (Estudante indígena – 8º Período de Licenciatura em Matemática, IFPE, Campus Pesqueira).

Dado ao limite do escopo do presente trabalho, não vamos adentrar na discussão do racismo institucional que se apresenta nesse último relato, embora penso ser necessário lançar luz nessas situações, deixaremos para o relatório final – a Tese. Portanto, retornaremos às observações sobre o que motiva esse público estudantil persistir e se manter nos cursos até o

⁷ Todos os relatos aqui expostos resultam de gravações de áudios de conversas realizadas no ano de 2020, após o início da pandemia da COVID-19, cujo as estratégias metodológicas seguiram todas as orientações da Organização Mundial da Saúde referente à prevenção contra esse mal. Para isso lançamos mão também da etnografia digital, em conformidade com a teoria acerca da etnografia digital/virtual, (HINE, 2015).

último período, como é o caso das autoras dos relatos, atualmente, estão na fase final de produção dos Trabalhos de conclusões de cursos. Semelhantes à estas estudantes indígenas outros/as também passaram por situações análogas, como também outras dificuldades são comuns a este público estudantil em conformidade com a diversidade de condições de vida de cada povo. Uma dificuldade mais mencionada é o deslocamento até as instituições onde estudam. Como mencionado, grande parte reside em áreas rurais localizadas em municípios vizinhos aos IFs⁸. Esta situação, além de ocasionar o cansaço físico, também demanda o custo com o deslocamento das aldeias até a cidade onde acessam o transporte que os levam até o outro município, o qual também tem um custo financeiro, caso não houvesse o auxílio da Bolsa permanência seria impossível manter.

Então, o que fazem esses indígenas buscarem essa formação acadêmica? O que significa cursar a educação superior?

Eu penso Penha, que no futuro eu posso permanecer lá na minha aldeia, eu posso ser uma professora. Eu posso até ser um Químico mesmo, eu posso até utilizar das medicinas do meu povo, fazer perfumes, fazer remédios, fazer seja lá o que for. Eu penso assim! Eu penso que vai ser bom no futuro, não vai ser ruim não. Já imaginou eu, uma professora de Química! Só queria um empreguinho lá mesmo, pra eu ficar perto do meu povo e cuidar bem deles. Meu irmão mesmo, o foco do meu irmão é todinho na medicina, é todinho pra ajudar o povo lá na aldeia, pra ser o médico de lá da aldeia. É lógico que todo mundo pensa em trabalhar fora né, mas, ele pensa muito no pessoal de dentro da aldeia, e ele pensa em ajudar eles lá. (Estudante Indígena Pipipã – 4º Período da Licenciatura em Química no IF-Sertão, Campus Floresta).
Principalmente um trabalho, conhecimento, meios de avançar academicamente, ajudar pessoas e possivelmente reverter isso pra comunidade. Hoje em dia, os profissionais de saúde que atendem os povos indígenas não são índios, então as vezes não entendem nossas diversas culturas e tudo mais. Logo seria importante trazer profissionais índios para dentro das comunidades, a representatividade é maior. (Estudante indígena Xukuru de Cimbres – 10º Período do Bacharelado em Enfermagem – IFPE, Campus Pesqueira).

Observa-se em ambos os relatos o desejo de reverter os conhecimentos acadêmicos a favor das suas comunidades étnicas e sociais. No primeiro relato, a autora mencionou o fato do irmão está cursando Medicina na UNB, e também desejar retornar como médico para cuidar da saúde do seu povo. Este, tem enfrentado maiores dificuldades do que os estudantes indígenas que estão vinculados os IFs, por permanecer longe da sua família e do seu território, as vezes em condições de moradias precárias. Não queremos com isso dizer que não existam interesses pessoais e individuais, porém, estes geralmente mostraram-se articulados ao compromisso social com a coletividade.

⁸ Com exceção dos estudantes indígenas do IFPE Campus Pesqueira, onde o qual fica localizado no mesmo município onde residem.

Então compreendemos que os estudantes que vivenciaram uma educação diferenciada no contexto das escolas indígenas, ou no movimento indígena, sejam como discentes, docentes ou ativistas, os processos pedagógicos ganharam o significado próprio da teoria freiriana sobre a necessidade de empreender a “Educação como prática da liberdade”. A exemplo da reflexão de Rita Potyguara quando se refere à educação escolar indígena no contexto por ela estudado:

Uma pedagogia diferenciada, gestada a partir de uma realidade sócio-política e cultural dos índios, utilizando-se das suas experiências de lutas e conflitos na conquista de direitos, se aproxima, então da perspectiva freiriana da educação como prática libertadora, entendida enquanto instrumento privilegiado no desenvolvimento do poder de reflexão sobre si mesmo, os problemas de seu grupo e de seu tempo. (NASCIMENTO, 2009, p. 109).

Portanto, percebemos nas situações empíricas e na literatura científica que os processos de escolarização indígena na contemporaneidade no Brasil, seja na Educação Básica, seja na Superior, sobretudo, nos trabalhos dos/as intelectuais indígenas Rita Nascimento – Potyguara/CE (2009; 2019) e de Gersem Luciano - Baniwa/AM (2011; 2013; 2019) significa a busca por uma educação libertadora, que forme pessoas críticas capazes de atuarem em defesa da autonomia e autossustentação da vida nos territórios; e na convivência com a sociedade não indígena estabelecer relações livre dos estereótipos e preconceitos. Nesse propósito reafirmam a ideia sobre a necessidade de “Manejo do mundo” e defendem processos educacionais formativos de uma consciência de si como parte de um coletivo étnico e social inserido no mundo, e precisa dialogar com este e intervir neste.

Isso nos leva a compreender que a educação superior para os povos indígenas em Pernambuco significa mais que a promoção pessoal do indivíduo. Quando esses ingressam na Universidade e acionam sua identidade étnica está também acionando o pertencimento a uma coletividade, passando a ser visto não mais como “João ou Maria” e sim com “João Atikum, ou Maria Pipipã”. Assim, reafirmando o compromisso político com sua coletividade. Pois, a sua formação anterior, seja no movimento indígena, seja na escola indígena o preparou para ter consciência de si, do estar no mundo e da necessidade de intervir neste.

Referências

ALMEIDA, Eliene A. de. **A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de educação intercultural da UFPE/CAA - Curso de**

Licenciatura Intercultural. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2017. (Tese de Doutorado em Educação).

BARBALHO, J. Ivamilson Silva. **Saberes da prática:** tempo, espaço e sujeitos da formação escolar entre professores/as indígenas no Estado de Pernambuco. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2007. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística Educação Superior 2018 e 2019.** Brasília: Inep, 2019 e 2020. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso: 26/11/2019.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
HINE, Christine. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday.** Bloomsbury Academic. London: Bloomsbury. 2015.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secad; Laced, 2006.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. **Educação para manejo do mundo:** entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2013.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. **Educação Escolar Indígena no século XXI:** encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Indígenas na cidade:** os Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús. E-Book. Recife, Udufpe, 2020.

MARCUS, George. **Ethnography in/of the world system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography.** Annual Review Anthropology. V. 24, 1995, p. 95-117.

MATO, Daniel. Educação Superior e Povos Indígenas: Experiências, Estudos e Debates na América Latina e em outras Regiões do Mundo. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.** V.12 n.3, 2018, p. 29-56.

MELUCCI. Alberto. **A invenção do presente:** Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Rita Gomes. Educação Superior, povos indígenas, colaboração intercultural: os espaços de participação de indígenas nas políticas educacionais brasileiras. In: MATO, Daniel; et al. **Educación superior y pueblos indígena y afrodescendientes en América Latina.** Sáenz Peña, Universidad nacional de Tres de Febrero, 2019. p. 269 – 287.

NASCIMENTO, Rita Gomes. **Rituais de resistência:** Experiências Pedagógicas Tapeba. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. (Tese de Doutorado em Educação).

PERRET, Gimenta. Territorialidad y práctica antropológica: desafíos epistemológicos de una antropología multisituada/multilocal. Revista KULA. **Antropólogos del Atlántico Sur**. N. 4, Abril 2011, p. 52-60.

SANTOS, Hosana Celi Oliveira e.; SOUZA, Vânia Fialho R. de Paiva e. Dialogando sobre jovens indígenas: novas agendas e possibilidades de estudos. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. (Org.). **As Juventudes e seus diferentes sujeitos**. Recife, Edufrpe. 2017. p. 45-60.

SILVA, Maria da Penha da Silva. Pesquisa etnográfica com povos indígenas em Pernambuco: estratégias metodológicas mediante a pandemia do covid-19. In: **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**. V. 8, n. 1, 2021, p. 144 -165.

SILVA, Maria da Penha da Silva. Estudantes indígenas na educação superior em Pernambuco: afirmando a identidade e direitos. In: **Revista de Ciências Humanas CAETÉ**. V. 3, n. 1, 2021b, p.151-172.

SILVA, Maria da Penha da Silva. Indígenas na educação superior nos Institutos Federais em Pernambuco: “vulnerabilidades” sociais, medos e incertezas na pandemia do covid-19. In: SILVA, Edson; SILVA, Augusto César Acioly Paz (Orgs.). **História e pandemia: reflexões interdisciplinares**. E-book, Maceió, Olyver, 2020, p. 52 - 76.

SILVA, Edson. Os índios entre discursos e imagens: o lugar na história do Brasil In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 3ª. ed. – Recife, Edufrpe, 2020, p. 12 - 25.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

TREJO, Guilherme. Etnia de mobilização social: uma visão teórica com aplicações à “quarta onda” de mobilizações indígenas na América Latina. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. (Orgs.). **América Latina hoje: conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2006. p. 225-275.